

Em votação, o destino do Paranoá

Edna Dantas

A Comissão do Distrito Federal no Senado terá hoje uma função muito importante: representar o povo de Brasília na votação do relatório do senador Maurício Corrêa (PDT/DF) sobre o projeto de despoluição do Lago Paranoá, desenvolvido pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb).

Aparentemente fácil, a decisão dos 11 parlamentares de diversos estados do País será dada em cima de um assunto polêmico, que envolve denúncias de malversação de recursos públicos — um custo inicial de mais de R\$ 4,5 bilhões — além de tratar de um personagem importante na vida do brasileiro, o Lago Paranoá.

Denúncias

O relatório do senador pedetista, concluído há mais de seis meses, é parte integrante do trabalho de uma Subcomissão, no âmbito da Comissão do DF, criada com o fim específico de investigar e apurar denúncias de irregularidades no projeto de despoluição. Essas denúncias relacionam a parte financeira e também a parte técnica do processo, muito questionado por setores do próprio governo, inclusive pelo secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec), Paulo Nogueira Neto, que chegou a depor na Justiça pedindo o embargo da obra, iniciada no ano passado.

A Subcomissão, presidida pelo senador Pompeu de Sousa (sem partido/DF), em mais de

Valério Ayres



Maurício Corrêa

dois meses de trabalho, ouviu 14 depoimentos, envolvendo a atual e antigas diretorias da Caesb, representantes das empresas construtoras vencedoras da concorrência para execução da obra — Serveng-Civilsan e Andrade Gutierrez — Paulo Nogueira Neto e o presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), Sérgio Cutollo, que apresentou um estudo sobre as possíveis variações do preço do projeto de despoluição.

Riscos

No final, o relatório de Maurício Corrêa apresentou um estudo completo sobre o projeto, não esquecendo jamais da importância da despoluição efetiva do Lago, mas salientando sempre que isto deve ser feito com base

em estudos preliminares de riscos ambientais, e dentro dos preços reais praticados no mercado. Em sua conclusão, através de um Projeto de Resolução o senador brasileiro pede a revogação da concorrência que escolheu as empresas executoras do projeto. Segundo ele, o processo apresentava claras evidências de malversação de recursos públicos.

Os senadores Edison Lobão (PFL/MA), Saldanha Derzi (PMDB/MS), Alexandre Costa (PFL/MA) e Mauro Borges (PDC/GO) — que esta semana visitou o canteiro de obras do projeto da Caesb — devem votar contra o relatório. Outros três — Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues (PMDB/PI) e Maurício Corrêa — votam a favor. São imprevisíveis os votos de Albano Franco (PFL/SE), Iran Saraiva (PMDB/GO) e Mauro Benevides (PMDB/CE).

Ação

Além da Subcomissão no Senado o projeto de despoluição do Lago Paranoá está sendo investigado pela Justiça Comum, através de uma ação popular e no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), através de uma auditoria. Um fato no mínimo estranho aconteceu no início desta semana quando o juiz José Ribeiro, que vinha acompanhando a ação popular foi movimentado para Taguatinga, abandonando o caso. Isso aconteceu, justamente, quando o juiz iria decidir pela concessão ou não da liminar que poderia paralisar as obras.